

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA**  
**INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS**  
**DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS**

**MOVIMENTOS SOCIAIS E DEMOCRACIA: REFLEXÕES CONTEMPORÂNEAS**  
**SOBRE O ATIVISMO SOCIAL**

**Gustavo Paccelli da Costa**

**Juiz de Fora**

**2013**

**GUSTAVO PACCELLI DA COSTA**

**MOVIMENTOS SOCIAIS E DEMOCRACIA: REFLEXÕES CONTEMPORÂNEAS  
SOBRE O ATIVISMO SOCIAL**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito necessário para obtenção do grau de Bacharel em Ciências Sociais (Ciência Política) no Instituto de Ciências Humanas da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF).

Orientador: Leonardo Silva Andrada

**Juiz de Fora**

**2013**

## RESUMO

Nos últimos tempos, estudos vêm demonstrando a necessidade de pensar os movimentos sociais como meios de construção contínua e aprofundamento da democracia em diversos níveis. O presente trabalho, caminha nesta mesma direção, em tentar compreender os movimentos sociais e sua relação com a política na contemporaneidade. Para isso é retomada, primeiramente, toda discussão inicial sobre o conceito de movimento social, passando pela sociologia clássica com a noção de comportamento coletivo até sua definição, mais recente, enquanto um conceito propriamente analítico. Em um segundo momento, faz-se um apanhado das abordagens clássicas sobre os movimentos sociais, as quais influenciaram, em grande medida, os estudos sociológicos mais recentes que procuram entender os movimentos sociais e sua relação, principalmente, com o âmbito político. Ao delinear o mapa dos estudos contemporâneos é feito um exercício teórico e bibliográfico de pensá-los como elementos importantes na transformação dentro dos processos de decisão e construção da ordem social e política.

**Palavras-chave:** movimentos sociais; ativismo social; democracia.

## **SUMÁRIO**

<b>1. INTRODUÇÃO.....</b>	<b>– 5 –</b>
<b>2. O LEGADO DA SOCIOLOGIA CLÁSSICA E A DEFINIÇÃO DE UM CONCEITO: MOVIMENTO SOCIAL ENQUANTO CATEGORIA ANALÍTICA.....</b>	<b>– 7 –</b>
<b>3. AS ABORDAGENS TEÓRICAS CLÁSSICAS NO ESTUDO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS.....</b>	<b>– 14 –</b>
<b>4. OS MOVIMENTOS SOCIAIS NA CONTEMPORANEIDADE E O APRONFUNDAMENTO DEMOCRÁTICO.....</b>	<b>– 20 –</b>
<b>5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>– 29 –</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>– 31 –</b>

## 1. INTRODUÇÃO

As lutas coletivas sempre foram objeto de estudo dos diversos campos das Ciências Sociais. Por sua vez, os movimentos sociais sempre representaram mecanismos de contestação, construção e reconstrução da vida em sociedade. Através de suas lutas, realizam diagnósticos preciosos do mundo social. Como consequência, os movimentos sociais se apresentam como transformadores da dinâmica social na medida em que questionam a ordem vigente<sup>1</sup> propondo um modelo de construção plural da sociedade e buscando aprofundar a democracia em seus diversos níveis. Assim, podemos dizer que os diversos movimentos sociais ao mesmo tempo em que demandam exigências e compromissos ao mundo institucional democrático propõem a radicalização dos elementos fundamentais de construção de uma ordem genuinamente democrática. Atento a essa perspectiva, o presente trabalho tem por objetivo realizar um exercício intelectual e bibliográfico de compreensão dos movimentos sociais e a dinâmica democrática na contemporaneidade, demonstrando essa relação através de um estudo da categoria “movimento social”, suas abordagens teóricas e sua relação, na atualidade, com a democracia.

Na primeira parte do trabalho, procura-se compreender a construção do conceito movimento social dentro da teoria sociológica. Para isso, faz-se uma digressão ao redor das teorias sociológicas clássicas da ação social apresentando seus principais expoentes apontando suas diferenças no que tange as análises comportamentais e da ação coletiva. Entretanto, longe de qualquer categorização propriamente rígida, o presente estudo procura ver na ideia de movimento social um conceito analítico que possa dar conta de toda a compreensão posterior do que vem a desenvolver nas abordagens clássicas e contemporâneas sobre os movimentos sociais. Neste sentido, não é excluída nenhuma concepção que seja mais ou menos esclarecedora de movimento social, ainda mais pelo fato de que suas definições são amplas e gerais. Assim, Chega-se a uma ideia de movimento social como agentes potenciais

---

<sup>1</sup> A discussão sobre o questionamento operado pelos movimentos sociais a respeito da ordem vigente traduz uma das facetas de todas as possibilidades de ação ocorrentes no ativismo social. Determinados movimentos, principalmente os que possuem uma visão conservadora sobre a sociedade, buscam em suas ações perpetuar o *status quo* dos mecanismos de dominação estrutural e simbólica. De alguma forma, apesar da perpetuação da ordem vigente, a possibilidade de modificação da ordem também é observada na medida em que esses movimentos conservadores clamam pela possibilidade de revogar determinados direitos adquiridos por outros movimentos sociais. Entretanto, não é intenção do presente estudo realizar essa discussão. O mesmo busca compreender e delinear o mapa dos movimentos sociais que questionam a ordem vigente, sobretudo os movimentos que se empenham na construção de uma ordem social e política mais diversificada e plural.

de transformação da sociedade que lutam contra uma forma de dominação generalizada, seja no âmbito institucional ou cultural.

As abordagens teóricas clássicas sobre os movimentos sociais é o tema do segundo tópico. Neste tópico, procura-se descrever a tríade das abordagens clássicas<sup>2</sup> que influenciaram os diversos estudos contemporâneos sobre os movimentos sociais. É demonstrada, primeiramente, a importância dos estudos de Marx e os provenientes de seu legado para a compreensão dos movimentos sociais, estes vistos dentro dessa perspectiva como movimento revolucionário. Observa-se o legado que as teorias de Marx deram à ideia de transformação da ordem social, sobretudo ao papel delegado às classes subalternas na modificação estrutural da sociedade e nos estudos a respeito da formação de uma consciência social emancipacionista. Essa abordagem ficou conhecida como a abordagem histórico-estrutural.

Em segundo lugar está a abordagem culturalista-identitária proveniente das análises dos movimentos sociais durante o final da década de 1960, principalmente na Europa com o surgimento dos “novos movimentos sociais”<sup>3</sup>. Essa abordagem foi importante para pensar a questão do poder que atua além das instituições formais da sociedade. Uma espécie de dominação que não é representada somente pelos aparatos institucionais do Estado. Antes, essa dominação é fruto dos conflitos de direitos culturais, sociais e políticos na sociedade civil.

A terceira abordagem clássica sobre os movimentos sociais encontra sua manifestação nos estudos norte-americanos dentro da Teoria da Mobilização de Recursos e na Teoria do Processo Político. O nome dado a essa abordagem é institucional/organizacional-comportamentalista, a qual procura compreender os movimentos sociais em relação à política nos quesitos das estratégias destes frente à política institucional.

Por fim, na terceira parte do trabalho é realizada uma concatenação dos estudos mais contemporâneos dos movimentos sociais. Para isso, são retomados alguns pontos importantes para pensar a dinâmica social na atualidade, como as redes, o capital social, a

---

<sup>2</sup> São elas: a histórico-estrutural, a culturalista-identitária e a institucional/organizacional-comportamentalista.

<sup>3</sup> Os ditos “novos movimentos sociais” são os movimentos provenientes das manifestações do Maio de 1968 na França e dos direitos civis dos negros entre 1955 e 1968 nos Estados Unidos. Esses movimentos focalizavam suas ações na busca por direitos culturais, sociais e políticos. Enquanto os movimentos sociais da tradição marxista se faziam através de uma identidade de classe social, os novos movimentos sociais tinham como substrato de suas ações a luta pela conquista de direitos dos grupos marginalizados culturalmente.

solidariedade e os processos de cooperação entre os movimentos sociais em torno do globo. . Desta maneira, são pensados os movimentos sociais em relação aos processos democráticos atuais através de suas experiências participativas (conselhos, orçamento participativo e fóruns sociais). Assim, é compreendida a relação dos movimentos sociais regionais e locais e as redes de movimentos globais na construção e aprofundamento da democracia.

## **2. O LEGADO DA SOCIOLOGIA CLÁSSICA E A DEFINIÇÃO DE UM CONCEITO: MOVIMENTO SOCIAL ENQUANTO CATEGORIA ANALÍTICA**

O entendimento sobre os movimentos sociais possui diversas formas de interpretação e análise. É preciso demarcar, primeiramente, quais os fatores que são importantes em sua definição para o presente estudo. Desde já, é preciso deixar claro que a magnitude explicativa desse conceito é demasiadamente geral, não havendo um padrão para o mesmo. Às vezes a confusão que se estabelece é encarar os movimentos sociais como qualquer tipo de ação coletiva, conflito ou iniciativa política. É sabido que os movimentos sociais atuam dentro dessas três perspectivas, mas não podemos reduzi-los somente a tais termos. Uma ação coletiva não precisa necessariamente ser um movimento social e vice-versa. Diante disso, necessita-se deixar claro como se deu o desenvolvimento do termo “movimento social” como categoria analítica e os estudos que estiveram intimamente ligados a ele.

A temática dos movimentos sociais surge como objeto de estudo junto com o nascimento da própria sociologia e a noção de ação coletiva. Na sociologia clássica temos os estudos desenvolvidos pelo funcionalismo clássico onde a noção de ação social significava a completa interiorização das normas e convenções sociais (PARSONS, 2010). Os grandes expoentes dessa abordagem são Durkheim e Parsons. Entretanto, o autor por excelência da análise a respeito da ação social é Max Weber. De acordo com Weber, as ações possuem sentido para aqueles que as praticam. Na teoria weberiana da ação coletiva há um esforço para compreender o sentido da ação sob a ótica da relação de intencionalidade dos fenômenos e processos. Neste sentido, não existe uma essência que venha ser desvelada nas ações dos indivíduos. As atribuições de sentido que cada indivíduo estabelece são baseadas em sua noção de mundo e orientadas por fins ou valores (WEBER, 1972). Weber dá um caráter simbólico para as ações coletivas, diferentemente do que propunha a escola funcionalista. O postulado weberiano foi o que mais influenciou as abordagens posteriores sobre a ação

coletiva passando, por exemplo, pelos estudos da Escola de Chicago, através do interacionismo simbólico, para explicar os movimentos sociais. Nos estudos desenvolvidos por autores como Herbert Blumer, Erving Goffman, Louis Wirth são observadas as primeiras utilizações do termo movimento social abordando a estrutura, funcionamento e o papel das lideranças nesses movimentos (GOHN, 2008, p. 22).

É preciso dar destaque também ao paradigma clássico marxista, que veio influenciar toda uma tradição na definição de movimento social, bem como as ideologias de boa parte dos movimentos sociais e partidos políticos pelo mundo. Nos estudos conduzidos por Marx a respeito da luta de classes é colocada em voga uma análise que privilegia fatores econômicos e macroestruturais da sociedade. A tensão aparece entre a classe detentora dos meios de produção (burguesia) e outra classe que só possui a força de trabalho (proletariado), respectivamente, dominador e dominado. A noção de movimento social estaria atrelada à ideia de conflito entre capital e trabalho. Conseqüentemente, o papel vanguardista da classe operária perante as desigualdades sociais decorrentes da exploração capitalista se daria através da transformação da ordem estabelecida em uma sociedade comunista (MARX & ENGELS, 1998). Notória é a noção de ruptura completa com a ordem existente para fundar um novo mundo.

A preocupação de Marx era estabelecer uma relação entre teorização e a ação política dos movimentos revolucionários. Para isso, o autor cunhou o conceito de *práxis social*. Esse conceito articula atividade prática, através da ação do movimento, e a atividade teórica, compreendida como uma noção de concepção do movimento. Prática e teoria estariam em relação dialética compondo um conjunto unitário com o objetivo de transformação social. Como afirma Ilse Scherer-Warren:

“(…) pode-se afirmar que Marx, desde o ponto de vista da Sociologia, foi um dos mais importantes criadores de um projeto de transformação radical da estrutura social, projeto este de superação das condições de opressão de classe. Para a realização deste projeto, além do amadurecimento das condições estruturais propícias, exige-se também uma práxis revolucionária das classes exploradas” (Scherer-Warren, 1984, p. 35 *apud* PICOLOTTO, 2007, p. 157).

É perceptível que a noção marxiana em torno do conceito de movimento social está intimamente ligada à ideia de movimento revolucionário. Toda sua teoria está fundamentada na luta de classes e nos processos históricos globais. A emancipação política significa uma ruptura com a ordem existente através do uso da força. O Estado, como opositor



por representar os interesses da classe dominante, torna-se o órgão a ser combatido para a redistribuição dos bens na sociedade. Assim, o conceito de movimento social é concebido de maneira instrumental: meios eficientes para alcançar a distribuição radical dos bens (ALEXANDER, 1998).

Notória também é a atribuição feita pelos estudos sobre o comportamento coletivo e os movimentos sociais neste primeiro momento ao problema da tensão e do conflito. Como afirmam Norberto Bobbio, Nicola Matteucci e Gianfranco Pasquino (1998), nas primeiras interpretações a respeito do comportamento coletivo e dos movimentos sociais era perceptível

“o acento sobre a existência de tensões na sociedade, a identificação de uma mudança, a comprovação da passagem de um estágio de integração a outro através de transformações de algum modo induzidas pelos comportamentos coletivos.” (BOBBIO *et al*, 1998, p. 787).

De fato, toda teoria que se desenvolveu desde o funcionalismo clássico, passando pela teoria da ação weberiana até os estudos da Escola de Chicago procurou compreender o fenômeno do comportamento coletivo e dos movimentos sociais pela noção de mudança ou modificação social. Neste contexto, temos a explicação a respeito da mudança no comportamento social de grupos através de teorias do desvio e inadequação social. De outro lado, estão os que compreenderam o fenômeno pela via da passagem de grandes períodos históricos (tradição/modernidade) através da quebra com grandes complexos societários de dominação dentro da estrutura social.

Entretanto, o tema da tensão e do conflito, nos parâmetros assinalados acima, para explicar a ação coletiva nos movimentos sociais reverberou até meados da década de 1960 em que surgiram novas modalidades de movimentos sociais, como os dos direitos civis nos Estados Unidos e o dos estudantes europeus nos anos de 1968. Devido a essa nova configuração, as teorias passaram a destacar o lado positivo dos movimentos sociais enquanto construtores de inovações culturais e fomentadores de mudanças sociais (GOHN, 2008, p. 25). Os manuais de sociologia e política surgidos da interpretação desses novos movimentos procuravam categorizá-los como atores de suma importância na construção de uma identidade sociocultural e política. Assim sendo, a literatura daí em diante procurou estabelecer uma distinção entre a categoria de movimento social e a categoria de comportamento coletivo. Como afirmam Bobbio, Matteucci e Pasquino:

“Comportamentos coletivos e Movimentos sociais se distinguem pelo grau e pelo tipo de mudança que pretendem provocar no sistema, e pelos valores e nível de integração que lhes são intrínsecos” (BOBBIO *et al*, 1998, p. 787).

A questão colocada em pauta pelos autores é que nos movimentos coletivos a ideia de agregação se dá através de um comportamento similar num grande número de indivíduos sem a formação de novas identidades. O comportamento é algo dado, ele simplesmente acontece, cabe ao analista observá-lo e caracterizar as formas psicológicas de sua manifestação. O oposto ocorre com os movimentos sociais, onde os comportamentos semelhantes no grupo fomentam o surgimento de novas coletividades “caracterizadas pela consciência de um destino comum e pela persuasão de uma comum esperança” (BOBBIO *et al*, 1998, p. 788). Neste sentido, os movimentos sociais passam a se diferenciar dos comportamentos de massa, pois manifestam uma forma de comportamento coletivo, ou melhor, uma ação coletiva em busca da afirmação de uma identidade própria, em busca de direitos e contra as condições de desigualdade ocorrentes na sociedade.

Ainda na questão dos manuais de sociologia que começaram a dissociar os movimentos sociais de outras formas de manifestação social está a contribuição de Anthony Giddens. Em seu livro de título “*Sociologia*”, Giddens categoriza os movimentos sociais como “tentativas coletivas de promover um interesse comum ou de assegurar uma meta comum por meio de uma ação fora das instituições estabelecidas” (GIDDENS, 2005, p. 357). Dando o caráter de tentativas coletivas que visam promover e assegurar um interesse comum fora das instituições, o autor fornece à categoria de movimento social a genuinidade de manifestações coletivas advindas principalmente da esfera civil organizada da sociedade. Com isso, retira-se todo o estudo dos movimentos sociais da ideia de comportamento coletivo, passando para a compreensão de um fenômeno de ação social que busca, via sociedade civil, provocar mudanças em uma questão pública. A partir daí a compreensão dos movimentos sociais procura, fundamentalmente, analisar a interseção entre a ação coletiva e a dinâmica do sistema. Tal perspectiva diverge das análises passadas às quais atrelavam a ação coletiva a uma ideia de comportamento coletivo ligado, principalmente, a fatores psicologizados.

Até boa parte da década de 1960 e 1970 a preocupação dos primeiros teóricos da ação coletiva era identificar os movimentos sociais dentro de um quadro de modificação da ordem existente, ou então atrelar sua existência às diversas mudanças ocorrentes no âmbito geral da sociedade. Além do mais, boa parte das teorias colocavam os movimentos sociais

inseridos em um único momento histórico sem manifestações posteriores fora da conjuntura em que eles surgiram. Por volta dos anos de 1980, com a emergência da sociedade pós-industrial (TOURAINÉ, 1994), o fim de alguns regimes autoritários, o alargamento do espaço público e a ressurgência da democracia como sistema de governo em grande parte do globo, os estudos sobre os movimentos sociais começaram a pensar a categoria movimento social enquanto um conceito propriamente analítico. Para os teóricos do final do século XX utilizar o conceito de movimento social como categoria histórica atrelando-o à existência de uma sociedade anterior poderia significar um erro reducionista que fixava a existência desses movimentos a sociedades passadas. Era preciso, neste momento, pensar um conceito de movimento social que conseguisse dar conta da relação entre esfera civil e esfera política da sociedade. Manuel Castells e Alain Touraine, durante a década de 1980, serão alguns dos diversos autores importantes na conceituação do que vem a ser movimento social na contemporaneidade.

Os estudos conduzidos por Manuel Castells (1980, 1983) visavam compreender a relação entre os movimentos sociais urbanos e a questão do papel do Estado em conduzir as políticas públicas no ambiente citadino. Para o autor, a saída de um modelo autoritário de administração estatal para um modelo de Estado gestor foi primordial para compreender a dinâmica dos movimentos citadinos, tanto quanto a característica básica do fenômeno de desorganização da vida social devido ao problema da desordem urbana. O aparecimento do Estado como provedor de recursos necessários à organização do ambiente habitado trouxe modificações e consequências para a vida das pessoas. A relação entre esfera civil e esfera política entra em conflito a partir do momento em que a questão do consumo passou a ser um problema na pauta das políticas sociais conduzidas pelo Estado. Como argumenta Castells:

“(...) na medida em que a socialização do consumo e a politização de sua gestão já haviam suscitado um princípio de organização coletiva dos habitantes e usuários, a tentativa de regressão dos serviços públicos desemboca, de fato, numa explosão, cada vez menos controlada, de movimentos reivindicatórios urbanos.” (CASTELLS, 1980, p. 25).

O consumo passou a ser a variável chave para compreender a dinâmica dos movimentos sociais na contemporaneidade. De acordo com Castells, a crise ocasionada pela má organização do consumo em larga escala, a qual se manifestava enquanto uma crise do sistema capitalista como um todo, colocava à prova as ações do Estado em contornar os problemas de ordem pública (CASTELLS, 1980). Nessa direção, a politização da massa aparece de forma cada vez maior de acordo com o grau de engajamento dos grupos sociais

nos assuntos referentes à questão urbana. Não somente isso, mas o surgimento de uma ordem mundial mais democrática com o fim dos regimes autoritários foi primordial para a articulação e ação das camadas populares na esfera política. Em decorrência desse fenômeno, o ambiente das reivindicações sociais dos movimentos cidadãos se expandiu indo além das fronteiras do urbano. Castells afirma que a gama temática contida nas manifestações desses movimentos nada mais é que a crítica a qual todos eles fomentam em seu seio: de ser um questionamento da lógica capitalista dominante (CASTELLS, 1980). Neste sentido, o autor passou a definir os movimentos sociais urbanos dentro de duas características básicas: primeiro que eles são movimentos *interclassistas*; e segundo, que esses movimentos são *potencialmente anticapitalistas* (CASTELLS, 1980, p. 28).

Ainda em Castells, autor que provém da tradição marxista, a gênese de um novo mundo, através da revolução das tecnologias da informação, trouxe consigo a expansão de diversos domínios da experiência humana. Como afirma Everton Lazzaretti Picolotto,

“Conforme Castells, as tecnologias da informação adquirem particular importância ao potencializar as redes que se tornam o modo prevalecente de organização das atividades humanas, transformando, a partir de sua lógica, todos os domínios da vida social, política e econômica contemporâneas.” (PICOLOTTO, 2007, p. 165).

As redes potencializaram a ação coletiva no sentido de se criar uma identidade destinada à resistência coletiva aos processos de dominação estrutural. Consequentemente, a construção dessa identidade inclui um projeto de vida o qual se expande na transformação da sociedade como um todo. Atento a essas especificidades da ação coletiva na sociedade em rede que Castells irá definir os movimentos sociais como “ações coletivas com um determinado propósito cujo resultado, tanto em caso de sucesso como de fracasso, transforma os valores e instituições da sociedade” (CASTELLS, 2002, p. 20 *apud* PICOLOTTO, 2007, p. 167).

Seguindo raciocínio semelhante, Alain Touraine irá categorizar e definir o que é movimento social como um conceito analítico. Para Touraine (1994), a vida social é uma autoprodução conflitiva e os movimentos sociais, neste contexto, são elementos de um modo específico de construção da realidade social. Neste sentido, a análise desenvolvida pelo autor leva em consideração a sociedade em termos geral e histórico. Um tipo de “análise centrada no desempenho dos atores sociais enquanto sujeitos que atuam na sociedade mais geral, com suas culturas, seus pertencimentos e sua historicidade” (GOHN, 2008, p. 94). Sujeitos, pois à

ideia de sujeito, para ele, identifica-se com a de movimento social na medida em que “o sujeito é vontade, resistência e luta, e não experiência imediata de si” (GOHN, 2008, p. 95), e que “não há movimento social possível à margem da vontade de libertação ou liberação do sujeito” (GOHN, 2008, p. 95). Neste sentido, a experiência à qual Touraine se refere aos sujeitos é a experiência coletiva e a vontade de libertação vem da ação conflitiva a um poder determinado. Assim, afirma Touraine:

“(…) um movimento social é o espaço de um ator coletivo para se apossar dos “valores”, das orientações culturais de uma sociedade, opondo-se à ação de um adversário ao qual está ligado por relações de poder” (TOURAINÉ, 1994, p. 254).

Para Touraine a categoria movimento social possui três elementos constitutivos: o ator, seu adversário e o que está em jogo no conflito (GOHN, 2008, p. 98). Respectivamente, isso responde às perguntas suscitadas pelos próprios movimentos sociais: quem somos? Quem são nossos inimigos? E por que ganharemos a luta? Neste sentido, para o autor, movimento social é um ator coletivo cuja orientação maior é a defesa do sujeito, um sujeito que é o alvo de orientações culturais que são fruto das relações de poder e da desigualdade existentes na sociedade. Resumindo, um movimento social é ao mesmo tempo um conflito social e um projeto cultural. “Uma ação coletiva que coloca em causa um modo de dominação social generalizada.” (TOURAINÉ, 2006, p. 18).

Assim, o primado do desenvolvimento da noção de movimento social para Alain Touraine diz respeito à ideia de que os movimentos sociais derivam fundamentalmente dos conflitos ao redor dos modelos culturais (TOURAINÉ, 1985 *apud* GOHN, 2008, p. 101). Modelos estes que no contexto de uma dada sociedade representam o poder e a dominação. Como afirma Gohn, para Touraine

“Os movimentos sociais são ações coletivas que se desenvolvem sob a forma de lutas ao redor do potencial institucional de um modelo cultural, num dado tipo de sociedade.” (GOHN, 2008, p. 104).

### **3. AS ABORDAGENS TEÓRICAS CLÁSSICAS NO ESTUDO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS**

A proposta do presente tópico é discorrer sobre as abordagens teóricas clássicas no estudo dos movimentos sociais apresentando seus principais expoentes e as influências contextuais recíprocas às contribuições de seus diversos autores.

Nos estudos clássicos sobre os movimentos sociais, podemos encontrar pelo menos três tipos de abordagens teóricas. São elas: a histórico-estrutural, a culturalista-identitária e a institucional/organizacional-comportamentalista. A primeira dessas correntes, a histórico-estrutural, tem influência de autores como Karl Marx, Antonio Gramsci, Henri Lefebvre, Rosa Luxemburgo, Leon Trotsky e Vladimir Ilitch Lenin. A discussão travada por essa abordagem gira em torno da categoria de movimento social dos trabalhadores, melhor dizendo, o movimento revolucionário. Marx, responsável por construir a matriz teórica dessa abordagem, não se dedicou exclusivamente a teorizar as ações coletivas dentro de quadros comportamentais ou da ação social. Entretanto, ele delineou o perfil de um movimento social concreto, o do proletariado, que se manifestava de acordo com as contradições ocorrentes na dinâmica de classes. Para Marx, o movimento dos trabalhadores era visto como sujeito histórico capaz de transformar o mundo das relações sociais existentes, quebrando com a ordem vigente e propondo um novo modelo de organização social. O estudo dos movimentos sociais sob a égide da teoria marxista concentra-se na análise de processos históricos globais dentro das contradições materiais existentes devido à exploração subsequente do processo de acumulação capitalista.

O marxismo representava uma teoria explicativa e ao mesmo tempo fundamentadora da ação dos movimentos revolucionários. Podemos dividi-lo em duas correntes principais de análise: a corrente ortodoxa e a corrente histórico humanista (heterodoxa). Nos estudos da corrente ortodoxa do marxismo, a qual tem como principais expoentes Lenin e Trotsky, é perceptível a predominância das análises em fatores econômicos e macroestruturais da sociedade. Seus pressupostos gerais se baseavam nas leituras de Marx a respeito do desenvolvimento do capital. Por outro lado, a corrente histórico humanista (heterodoxa) retoma os estudos de Marx sobre a consciência, a ideologia e a alienação. Expoentes dessa corrente serão encontrados nos trabalhos principalmente de Gramsci, György Lukács, Rosa Luxemburgo, Escola de Frankfurt e Manuel Castells. Como já foi salientado anteriormente, Manuel Castells desenvolveu uma teoria explicativa dos motivos estruturais

que os efeitos da revolução tecnológica promoveram sobre os vários domínios da atividade humana. Para o autor,

“(…) a lógica dominante da sociedade em rede lança seus próprios desafios, na forma de identidades de resistência comunais e de identidades de projeto que podem eventualmente surgir desses espaços, sob determinadas circunstâncias, e por meio de processos específicos a cada contexto institucional e cultural.” (CASTELLS, 2002, p. 423 *apud* PICOLOTTO, 2007, p. 168).

A formação de uma identidade baseada em pressupostos da consciência coletiva retoma estudos de Marx sobre o problema da dinâmica de classe. Retira dos sujeitos todo o aspecto determinista e, conseqüentemente, da alienação para fundamentar uma ideologia de ação dos grupos perante o contexto de dominação. Todavia, esse argumento também é encontrado em Gramsci no que tange ao papel da vontade coletiva. De acordo com Carlos Nelson Coutinho, o papel da vontade coletiva é um elemento importante para a construção de uma ordem social e política em Gramsci (COUTINHO, 2009). Esta vontade resulta dos contatos entre os homens e tem um papel determinante na criação da realidade social. De acordo com Coutinho, para Gramsci, a vontade coletiva é “um momento decisivo que se articula com as determinações que provêm da realidade objetiva, particularmente das relações sociais de produção” (COUTINHO, 2009, p. 34). A proposta de Gramsci é, através dessa formulação, solapar o materialismo mecanicista e uma noção de idealismo puro, para fundar uma ideia de vontade coletiva que está intimamente ligada ao de “reforma intelectual e moral”, ou seja, à questão da “hegemonia” (GRAMSCI, 2000a, p. 18 *apud* COUTINHO, 2009, p. 38).

O embate desenvolvido principalmente pela corrente heterodoxa dos estudos marxistas teve grande respaldo nas correntes posteriores de análise dos movimentos sociais. A briga desenvolvida pelos autores, principalmente da Escola de Frankfurt, com a questão da alienação deu um substrato explicativo para a compreensão posterior da formação da consciência para a ação social. Toda a preocupação dos teóricos da Escola da Frankfurt era construir uma filosofia política voltada para a emancipação humana. A ideia central está fundamentada na compreensão da posição desigual ocupada pelos sujeitos dentro da dinâmica social para a formação de um projeto de emancipação coletiva. A organização e emancipação dos grupos estruturalmente excluídos era a máxima desenvolvida pelos frankfurtianos. O tema da desigualdade era o elemento fundamental para pensar na emancipação humana em busca de uma ordem mais igualitária. A matriz teórica histórico-estrutural influenciou diversos

historiadores e sociólogos, dentre eles Eric Hobsbawn, Edward Palmer Thompson, George Rudé, Robert Kurtz, Thomas Eagleton, István Mészáros, Theda Skocpol, Octavio Ianni, Francisco de Oliveira, Ricardo Luiz Coltro Antunes, Emir Sader. Através deles houve o aprofundamento do debate em torno dos problemas da alienação oferecendo o substrato para a compreensão do papel da cultura e da consciência como um importante elemento na modificação da sociedade. Essa importância, sobretudo da formação da consciência coletiva, será relevante nos autores da abordagem culturalista-identitária.

O segundo tipo de abordagem, culturalista-identitária, teve influências de diversas teorias. Podemos destacar dentro dessa linha teórica autores clássicos como Kant, Hegel, Rousseau, Nietzsche, Weber, a Escola de Frankfurt e a teoria crítica de forma geral. Essas teorias destacavam o papel da formação de uma cultura e uma identidade coletiva de acordo com aparatos de dominação que transpunham a ideia de um poder que não operasse somente no âmbito estrutural das contradições da dinâmica de classe. Melhor dizendo, essas teorias davam importância para um processo de dominação que não ocorria somente no campo da economia, mas também no campo das ideias.

A partir dos anos 1960 autores como Pierre Bourdieu, Michel Foucault, Jürgen Habermas, Norberto Bobbio, Hanna Arendt e Anthony Giddens davam atenção a uma produção em que o tema do poder era importante para pensar a dinâmica social. A proposta para esses autores era pensar as dinâmicas sociais como produto de relações entre estrutura e agência. Dentro do tema do poder e principalmente da dominação, é preciso dar destaque para Bourdieu e Foucault. O primeiro com suas análises sobre o processo de dominação e a interiorização de estruturas objetivas nas relações entre os indivíduos e o segundo através da discussão sobre o discurso e suas práticas de subjetivação. A importância dos dois autores está na relevância do tema do poder e da dominação como componente intrínseco das relações entre os homens. Para Bourdieu, a proposta do desenvolvimento de uma sociologia crítica através da compreensão da categoria de sistemas simbólicos como instrumentos de conhecimento e reconhecimento que exercem poder por estarem estruturados nos campos (BOURDIEU, 2007). Um poder que se define de forma relacional entre os que o exercem e os que lhe estão sujeitos devido à posição relativa dos agentes nos campos de lutas simbólicas (BOURDIEU, 1989). Para Foucault, a noção de discurso não como “aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo pelo que se luta, o poder que queremos nos apoderar.” (FOUCAULT, 2008, p. 10).



Todavia a discussão sobre o poder e a dominação desenvolvida por Bourdieu e Foucault influenciaram, em grande medida, o que se convencionou a chamar os “novos movimentos sociais”. As análises após o Maio de 1968 colocavam as novas ações como importantes na abertura dos espaços sociais e culturais. Destacavam, conseqüentemente, os sujeitos e as temáticas que não estavam obrigatoriamente na cena pública e não possuíam, assim, visibilidade. Aparecem, neste contexto, o movimento dos jovens estudantes, das mulheres, dos indígenas e dos negros. Movimentos que passaram a lutar contra os discursos hegemônicos para fazer valer o direito dos grupos sociais marginalizados e dominados culturalmente.

Na gama dos autores que se utilizaram dessa matriz teórica estão Alain Touraine, Alberto Melucci, Claus Offe, Clifford Geertz, Alessandro Pizzorno, Hanspeter Kriesi e John Scott. Esses autores procuraram destacar a questão da identidade dos movimentos sociais em contraposto às abordagens estruturalistas ortodoxas. Apesar da crítica às análises estruturalistas ortodoxas, havia um diálogo profícuo com a dialética marxiana, principalmente com os trabalhos desenvolvidos pela corrente heterodoxa. Como afirma Gohn, os trabalhos desses autores eram construídos

“(…) a partir de eixos culturais, relativas ao processo de construção de identidades (atribuídas ou adquiridas), em que diferentes tipos de pertencimentos são fundamentais – a um dado território, grupo étnico, religião, faixa etária, comunidade ou grupo de interesses, etc. Criam-se vínculos, e as ações são frutos de processos de reflexividade: os sujeitos participantes constroem sentidos e significados para suas ações a partir do próprio agir coletivo (…)” (GOHN, 2008b, p. 442).

A importância de Jürgen Habermas dentro da perspectiva culturalista-identitária também se fez presente. De acordo com Angela Alonso (2009), para Habermas os movimentos sociais nasceriam na sociedade civil como uma espécie de portadores de uma nova imagem de sociedade. Essa nova imagem nada mais seria que um projeto cultural que demandaria a democratização do social. Assim,

“Os novos movimentos sociais seriam, então, formas de resistência à colonização do mundo da vida, reações à padronização e à racionalização das interações sociais e em favor da manutenção ou expansão de estruturas comunicativas, demandando qualidade de vida, equidade, realização pessoal, participação, direitos humanos (…)” (HABERMAS, 1981, p. 33 *apud* ALONSO, 2009, p. 62).

Desta maneira, os designados novos movimentos sociais seriam instâncias insurgentes contra a colonização do mundo da vida. Lutariam contra a imposição dos papéis

institucionalizados da sociedade de mercado, das experiências dos Estados autocráticos, exercendo uma crítica dentro da sociedade civil às instituições políticas e suas formas de dominação.

A última abordagem teórica clássica, e esse fato não a torna menos importante que as outras, é a corrente denominada institucional/organizacional-comportamentalista que se desenvolveu principalmente nos Estados Unidos. Obteve também adeptos na Europa através das análises neoutilitaristas, mas sua expressão maior está entre os autores norte-americanos. Os expoentes que influenciaram essa corrente são os liberais do século XVII e XVIII: Adam Smith, John Locke e John Stuart Mill. Além dos autores liberais, essa corrente teve forte influência da sociologia de Robert Merton, do funcionalismo na antropologia de Alfred Radcliffe-Brown e as teorias da ação social de Talcott Parsons. O viés analítico desse tipo de abordagem leva em consideração fatores econômicos ou sociopsicológicos inseridos na teoria estrutural-funcionalista. Todo o pressuposto se fundamentava na ideia da escolha racional dos atores no processo de deliberação. Como aponta Gohn, “nesta corrente, de certa forma, um movimento atingia seus objetivos quando se transformava numa organização institucionalizada” (GOHN, 2008, p. 30).

O paradigma comportamentalista vigorou dos anos 1930 até 1960. Por volta dos anos de 1960, onde boa parte da teoria parsoniana perde respaldo no meio acadêmico, esse tipo de abordagem passou por uma revisão crítica dando origem à Teoria da Mobilização dos Recursos. Os expoentes responsáveis por essa mudança foram Mancur Olson, Mayer Zald John McCarthy, Anthony Oberscall e David Snow. De acordo com Angela Alonso, os pesquisadores da Teoria da Mobilização de Recursos

“Contra o funcionalismo, defenderam que, longe de expressão caótica de insatisfações individuais não canalizadas pelas instituições, movimentos, como o por direitos civis nos Estados Unidos, tinham sentido e organização. Contra as versões economicistas do marxismo, argumentaram que descontentamentos e motivos para a mobilização, sejam eles privações materiais ou interesses de classe, sempre existem, o que os tornariam inócuos para explicar a formação de mobilizações coletivas. Assim, mais importante que identificar as razões seria explicar o processo de mobilização.” (ALONSO, 2009, p. 51-52).

Neste sentido, esses autores atentaram para explicar o processo de mobilização através do argumento da burocratização dos movimentos sociais. Definiam os movimentos sociais em analogia a uma firma. Assim, gradualmente a hierarquia interna e as normas criadas favoreceriam a especialização dos membros de forma a administrar os recursos

coordenando, conseqüentemente, suas ações. A base organizacional desses movimentos eram as associações e as estruturas comunitárias já existentes. Apesar das críticas fundamentadas contra o viés da escolha racional a corrente da Teoria da Mobilização de Recursos ainda apelava para um fator institucionalizante dos movimentos sociais, o que não retirava de suas análises a interpretação racional e estratégica na escolha dos agentes. Portanto, toda a explicação teórica dessa abordagem privilegiava a racionalidade e a organização, negando a relevância das ideologias e valores na conformação das mobilizações coletivas (ALONSO, 2009, p. 53).

A dificuldade apontada na Teoria da Mobilização de Recursos era o valor dado à questão cultural tanto quanto um enquadramento macro histórico do fenômeno. De um lado, esta teoria recusava totalmente a formação de uma identidade coletiva baseada em aspectos culturais. De outro, ao estabelecer uma análise conjuntural, não situava e nem vinculava os movimentos e as macroestruturas envolventes no processo de análise. Pressupunha um ator individual com crenças e processos cognitivos, entretanto não havia uma explicação para a formação dessa consciência (ALONSO, 2009, p. 53).

A modificação no paradigma institucional/organizacional-comportamentalista se insere principalmente nos estudos realizados por Charles Tilly, Sidney Tarrow e Doug McAdam no que se convencionou a chamar de “Teoria do Processo Político”. Apesar de ter se desenvolvido também nos Estados Unidos, como foi o caso da Teoria da Mobilização de Recursos, a teoria do Processo Político insere casos europeus em suas análises. A chave explicativa dessa teoria está em combinar política e cultura na explicação dos movimentos sociais. Assim, a Teoria do Processo Político investe numa teoria da mobilização política. Como afirma ALONSO,

“Tilly, o grande nome dessa linha, construiu uma sociologia política histórica, que combina tradições e cuja ambição é identificar os mecanismos que organizam os macroprocessos políticos no Ocidente, por meio da comparação entre casos (...) uma vez que Tilly sai do debate sobre revoluções, afinal episódios históricos raros, para estabelecer as bases da discussão sobre fenômeno mais abundante: as mobilizações coletivas.” (ALONSO, 2009, p. 54).

Ao propor um modelo analítico que leva em consideração os movimentos sociais em relação às macroestruturas dentro de um aspecto histórico, Tilly e os demais autores da Teoria do Processo Político colocaram em cena elementos culturais para a explicação das mobilizações coletivas. A ação coletiva coordenada deixa de ser um elemento preexistente,

racionalizado e burocratizado para se formar através da tensão solidária. Essa tensão se dá pelo fato de que no centro dessa perspectiva os movimentos sociais e sistemas de política institucional são mutuamente constitutivos. Assim sendo, “para entender o fluxo e refluxo dos movimentos sociais estes precisam ser vistos, pelo menos em parte, como um produto de mudanças em sistemas de política institucionalizada; e de que o inverso também é verdadeiro: mudanças na política institucionalizada muitas vezes resultam de movimentos.” (MCADAM & TARROW, 2011, p. 20). Ao abrir os olhos para o embate reconstrutivo entre política e movimentos sociais os autores da Teoria do Processo Político deram uma explicação mais encorpada para a compreensão dos movimentos sociais na esfera política.

As três principais abordagens teóricas sobre os movimentos sociais descritas acima influenciaram diversos estudos em torno do mundo, principalmente na América Latina. No período após suas formulações elas sofreram diversas críticas e adaptações recorrentes ao tipo de sociedade em que estavam sendo empregadas e a dinâmica do processo social ao qual estava destinada a compreender. O diálogo e a crítica entre as teorias se tornou importante para pensar os movimentos sociais na contemporaneidade. Toda discussão posterior veio trazer à tona como a relação entre movimento social e política pode ser crucial no âmbito da construção e aprofundamento de ordens democráticas inclusivas e plurais.

#### **4. OS MOVIMENTOS SOCIAIS NA CONTEMPORANEIDADE E O APROFUNDAMENTO DEMOCRÁTICO**

Boa parte do que se desenvolveu nas abordagens clássicas sobre os movimentos sociais ora estava somente dando atenção ao caráter institucional de um movimento ou então ao caráter mais cultural de sua manifestação. O destaque dado à questão da desigualdade pelos estudos da corrente marxista restringia o horizonte de análise, muitas das vezes, nas questões que envolviam somente o conflito e a vivência de carências. Esse pressuposto influenciou muito nas formulações decorrentes da Teoria da Mobilização de Recursos, pois dava total explicação para a ação coletiva atrelando-a a noção de vivência de carências como elemento para as ações estratégicas. De fato, os pressupostos da ação definem quais mecanismos e estratégias são utilizadas por esses movimentos para expressar suas demandas. A crítica é que geralmente tem atrelado a ação dos movimentos sociais reduzindo-os na ideia de necessidade imediata da vivência de carências. Entretanto, essa vivência é necessária, mas

não significa que seja o pressuposto único da ação desses movimentos. Assim afirma Scherer-Warren,

“A possibilidade da construção de sujeitos e da transformação desses sujeitos em atores politicamente ativos não transcorre como uma necessidade imediata da vivência de carências. A carência por si só não produz movimentos sociais. O movimento resulta do sentido coletivo atribuído a essa carência e da possibilidade de identificação subjetiva em torno dela.” (SCHEREN-WARREN, 2008, p. 508).

A carência impulsiona as práticas de ação coletiva pelo fato de que oferece o substrato da reivindicação. No entanto, o sentido coletivo dado a determinado acontecimento ou vivência social é o que funda a perspectiva transformadora e a construção de um sujeito coletivo na ação. A imposição através do exercício do poder e sua relação com os gruposhistoricamente excluídos dentro da vivência quotidiana, dá o pano de fundo para a formação da consciência coletiva e da ação transformadora desses movimentos. A identificação em torno de uma causa comum e, conseqüentemente, a definição dos adversários numa relação conflituosa, promove um projeto ou utopia de mudança onde os movimentos sociais angariam forças para a ação coletiva. A concretização dessa ação é operada, de forma direta ou indireta, através das mobilizações, marchas, distúrbios à ordem constituída, concentrações, passeatas, abaixo assinado, insurreições, motins, negociações, atos de desobediência civil, reivindicações. Desta maneira, procurando contestar a ordem vigente e o exercício do poder através do conflito, os movimentos sociais realizam diagnósticos sobre a realidade social propondo a construção de um mundo compartilhado mais inclusivo.

Neste sentido, a discussão que começou a se firmar em torno das teorias mais contemporâneas dos movimentos sociais esta em procurar resolver a restrição que as análises clássicas davam ora ao sistema explicando “porque” um movimento se estabelece e mantém sua estrutura, ora na compreensão de se descobrir o sistema de relações internas e externas que constitui a ação sem levar em consideração o que os movimentos dizem de si mesmos (MELUCCI, 1989, p. 51). Alberto Melucci, um dos criadores da corrente culturalista-identitária, já fazia alusão à necessidade de pensarmos os movimentos sociais como atores coletivos com uma solidariedade específica que luta contra um adversário para o controle e a apropriação de recursos valorizados por ambos. Para o autor, a ação coletiva

“(…) não pode ser analisada somente dentro das contradições estruturais. A ação tem que ser considerada como uma interação de objetivos, recursos e obstáculos, como uma orientação intencional que é estabelecida dentro de um sistema de oportunidades e coerções. Os movimentos são *sistemas de*

*ação* que operam num *campo sistêmico* de possibilidades e limites. É por isso que a *organização* se torna um ponto crítico de observação, um nível analítico que não pode ser ignorado. O modo como os atores constituem sua ação é a conexão concreta entre orientações e oportunidades e coerções sistêmicas.” (MELUCCI, 1989, p. 52).

Digamos que com isso Melucci traz toda a discussão dos movimentos sociais para ser pensada não mais como um elemento binário causal entre sistema e ação, mas como uma inter-relação entre os dois. Desta maneira, ele procura responder a seguinte pergunta: “qual a situação sistêmica e a orientação de um movimento?” (MELUCCI, 1989, p. 60). Assim, a iniciativa de Melucci está em demonstrar *como* podemos pensar a ação social sem negligenciar o *porquê*. Em boa parte das vezes o que a análise dos movimentos em termos de mobilização de recursos fez foi negligenciar essa relação.

Outra importante contribuição de Melucci está na noção *rede de movimentos* ou *áreas de movimento*: “uma rede de grupos partilhando uma cultura de movimento e uma identidade coletiva” (REYNAUD, 1982 *apud* MELUCCI, 1989, p. 60). Para o autor essa noção inclui não apenas as organizações formais como também redes de relações informais, as quais conectam núcleos de indivíduos e grupos a uma área de participantes mais ampla (MELUCCI, 1989, p. 60). Com a inserção dessa noção na análise dos movimentos sociais Melucci indicou uma mudança de autonomia crescente dos movimentos sociais perante os sistemas políticos. Como afirma Melucci,

“A situação normal do ‘movimento’ hoje é ser uma rede de pequenos grupos imersos na vida cotidiana que requerem um envolvimento pessoal na experimentação e na prática da inovação cultural (...) Estas redes (descritas primeiramente por Gerlach & Hine, 1970) têm as seguintes características: a) elas permitem associação múltipla; b) a militância é apenas parcial e de curta duração; c) o envolvimento e a solidariedade afetiva é requerida como uma condição para a participação em muitos dos grupos.” (MELUCCI, 1989, p. 61).

Todavia, a proposição de Melucci retoma uma concepção de formação da ação coletiva advinda de fatores ligados à horizontalidade das relações sociais e o pertencimento de grupo, fundando um aspecto de solidariedade no conjunto das práticas associativas. Esse pressuposto também pode ser encontrado em Robert Putnam. Para Putnam, o desempenho prático das instituições é moldado pelo contexto social em que elas atuam (PUTNAM, 1996). Significa dizer que, além do conjunto de regras e normas que autorizam a participação e a representação política dentro da democracia, o contexto sociopolítico no qual essas instituições estão inseridas influencia, em grande medida, seu desempenho institucional. Todavia os efeitos no contexto institucional manifestam-se historicamente, corporificando

trajetórias diversificadas dos atores sociais envolvidos no processo de participação. No entanto, existem duas possibilidades genéricas do desenvolvimento dessa participação. Uma delas é a *modernidade socioeconômica* trabalhada por Robert Dahl, a qual argumenta que governo democrático estável está ligado a níveis de modernização socioeconômica (DAHL, 2005). Para Dahl um desenvolvimento socioeconômico avançado gera, automaticamente, muitas das condições exigidas por uma ordem social pluralista (DAHL, 2005, p. 87). Conseqüentemente, os indivíduos munidos de igualdade econômica e educação formal desempenham maior participação social e política. Esses fatores contribuem para o desenvolvimento de valores humanísticos de autonomia e autoexpressão, necessários à participação (INGLEHART & WELZEL, 2009). Neste sentido, valores humanísticos provenientes de condições socioeconômicas melhores proporcionam crenças políticas organizadas individualmente. Essas crenças favorecem a participação e a legitimidade das instituições da poliarquia (DAHL, 2005, p. 131).

Entretanto, de acordo com Putnam, níveis de riqueza e desenvolvimento socioeconômico não explicam tudo (PUTNAM, 1996, p. 100). A modernidade socioeconômica pode estar de algum modo associada ao bom desempenho das instituições públicas, mas não pode ser considerada a causa primordial. Para o autor, a explicação da participação no desempenho institucional está ligada à ideia de *comunidade cívica*. Para isso, ele retoma a questão do humanismo cívico, trabalhada também em Maquiavel, cuja crença se manifesta no pressuposto de que o fracasso ou êxito das instituições livres está atrelado ao caráter e à virtude cívica dos cidadãos. É na comunidade cívica, através da participação nos negócios públicos que forma-se a cidadania. O pertencimento a situações de compartilhamento e solidariedade oferecem o pano de fundo para a participação social e política. Assim, o autor afirma que:

“Tal comunidade se mantém unida por relações horizontais de reciprocidade e cooperação, e não por relações verticais de autoridade e dependência. Os cidadãos interagem como iguais, e não como patronos e clientes ou como governantes e requerentes. (...) Nessa comunidade, porém, os líderes devem ser e também considerar-se responsáveis por seus concidadãos.” (PUTNAM, 1996, p. 102).

Nas relações horizontalizadas, no sentimento de pertencimento e na cooperação entre os sujeitos que podemos solucionar os dilemas da ação coletiva, animando as pessoas a atuar de forma confiada em ocasiões diversas. Neste contexto que se formam as densas redes de interação social, as quais fomentam normas de reciprocidade generalizada, importantes

elementos para a participação social e política. Essas redes é o que Putnam chamou de *Capital Social*. Um conceito baseado na ideia de cooperação, que defende os indivíduos de acordo com seus interesses e necessidades mutuamente compartilhadas. De acordo com Putnam,

“Calificamos de *capital* social las redes sociales y las normas de reciprocidad asociadas a ellas, porque, al igual que el capital físico y humano (las herramientas y el conocimiento), crean valor, tanto individual como colectivo, y podemos *invertir* em construir uma red de relaciones.” (PUTNAM, 2003, p. 14).

O capital social, sem dúvida, é um elemento importante para questão da participação. Como rede de valores compartilhados congrega e defende grupos em torno dos interesses comuns. De fato, os valores de reciprocidade compartilhados dão substrato para a ação coletiva na medida em que essas redes de pertencimento se tornam mais densas. A interação entre os membros reforça a luta e o empenho nas ações sociais e políticas. Consequentemente fortalece o sentimento cívico das comunidades. Podemos ainda dizer que esse mesmo fato nos ajuda a contradizer a imagem tradicional da escolha racional, a qual salientava que os indivíduos optam pela ação coletiva através de interesses próprios e particulares. Portanto, além da ideia de que os indivíduos são agregados por interesses compartilhados comumente eles também o são a partir da solidariedade e dos compromissos ontológicos das estruturas primárias de mobilização do movimento que estão, por sua vez, ligadas às comunidades de identidade comunicadas por meio de redes (MCADAM *et al*, 2009, p. 32-33).

A abertura para o debate e a relação entre o político e o social, dada observação da modificação que os movimentos sociais poderiam causar à estrutura tradicional de ação política, fez com que se reconhecesse a dimensão autônoma das redes propondo um espaço político mais plural e o surgimento de um espaço público intermediário entre sociedade civil e Estado. Além do mais, essa observação solapa qualquer argumento de que o êxito no campo político enfraquece os movimentos aumentando sua segmentação, profissionalização e burocratização perante o Estado. O que se coloca a partir dessa mudança, como afirma Scherer-Warren, é que

“As questões da solidariedade entre sujeitos coletivos, do reconhecimento a partir ou apesar de suas diferenças e a abertura ao pluralismo democrático são fundamentais para que ocorra a transformação das demandas particulares em pautas políticas que dizem respeito a um conjunto de exclusões sociais que operam numa mesma ordem ou lógica sistêmica.” (SCHEREN-WARREN, 2008, p. 509).



O pluralismo democrático, decerto, incita ao conflito, ao confronto, à coordenação e cooperação das ações no âmbito da sociedade civil. Digamos, neste sentido, que a sociedade civil nunca será isenta de relações de conflito e poder. Desta maneira, é preciso atentar que a sociedade civil é a “representação de vários níveis de como os interesses e os valores da cidadania se organizam em cada sociedade para encaminhamento de suas ações em prol de políticas sociais e públicas, protestos sociais, manifestações simbólicas e pressões políticas” (SCHERER-WARREN, 2006, p. 110). O que, de fato, ocorre no novo modelo de ação dos movimentos sociais é que os mesmos articulam demandas locais, inter-organizacionais e globais através da coordenação e cooperação nas redes. Como afirma Scherer-Warren,

“As redes, por serem multiformes, aproximam atores sociais diversificados – dos níveis locais aos mais globais, de diferentes tipos de organizações –, e possibilitam o diálogo da diversidade de interesses e valores.” (SCHERER-WARREN, 2006, p. 115).

Dada necessidade de compreensão de como os atores sociais se organizam nos movimentos sociais, o estudo de redes sociais passou a representar um marco interpretativo das mobilizações contemporâneas (MARTINS, 2010; CARLOS, 2011). Por sua vez trouxe à tona as discussões a respeito da diferença entre os diferentes grupos colocando o tema da diversidade como a pauta de assuntos referentes à questão da cidadania. Entretanto, não é uma cidadania que se dá de acordo com os ditames da globalização neoliberal. Antes, essa cidadania defende os direitos plurais locais dos movimentos sociais em contraponto ao processo hegemônico do pacote de ajuste definido pelas agências multilaterais nos anos 1990. De acordo com Boaventura de Sousa Santos (2005b), a dinâmica proposta por esses novos movimentos sociais antiglobalização é pensar uma forma de articulação que questione os ditames do processo de globalização hegemônico. Para o autor, não podemos esquecer que os movimentos que dialogam suas perspectivas no âmbito internacional têm origens locais. As ocorrências simultâneas de acontecimentos caracteristicamente semelhantes em torno do globo não significa que os movimentos sociais podem ser encaixados na noção de globalizantes, pois eles afirmam, antes, uma necessidade particular e local de participação e manifestação. Assim, argumenta o autor:

“Sem dúvida que este movimento democrático transnacional, de ativismo sem fronteira, é uma forma de globalização contra-hegemônica. Mas não devemos esquecer que esse movimento é baseado em iniciativas locais destinadas a mobilizar lutas locais, mesmo que para resistir a poderes translocais, nacionais ou globais. Por outro lado, centrar demasiadamente a análise em ações dramáticas de âmbito global – ou seja, ações que tendem a ocorrer em cidades dos países centrais que suscitam a atenção dos meios de

comunicação globais – pode fazer esquecer que a resistência à opressão é uma tarefa cotidiana, protagonizada por gente anônima, fora da atenção e que sem essa resistência o movimento democrático transnacional não é auto-sustentável.” (SANTOS (org.), 2005b, p. 22-23).

As articulações em rede tendem a aparecer cada vez mais na forma de fóruns locais que, por sua vez, estabelecem diálogos com os fóruns globais. Todavia, essa articulação de base representa um elemento importante para pensar a característica e proposta de participação e representação democrática nas estruturas institucionais locais, tanto quanto globais. Estudos vêm demonstrando a ampliação da experiência da participação e representação em conselhos gestores e no Orçamento Participativo no sentido de aumentar a ação da sociedade civil no desenho das políticas públicas e na regulação da ação governamental<sup>4</sup> (AVRITZER, 2007, 2008, 2012; CARLOS, 2011; GOHN, 2004 e 2006; LUCHMANN, 2007, 2008, 2010, 2012). Euzeneia Carlos, por exemplo, observa que a inserção institucional de movimentos e organizações sociais nas experiências inovadoras como a do Orçamento Participativo e dos conselhos gestores favoreceu a ampliação das arenas de acesso à institucionalidade política oferecendo aos atores coletivos novas práticas de ação e relações com o Estado (CARLOS, 2011). A autora destacou que,

“O contexto de engajamento institucional também ampliou e diversificou as esferas públicas de mobilização dos movimentos, os quais passaram a combinar a participação em conselhos gestores, orçamentos participativos, conferências municipais, programas governamentais e fóruns de outras entidades e movimentos, com a atuação no interior de suas próprias organizações, em reuniões, assembleias e congressos.” (CARLOS, 2011, p. 335).

Scherer-Warren aponta que esses arranjos institucionais representam um novo tipo de governança na organização em rede que, junto à esfera estatal, de maneira mais sistematizada, vão construindo propostas para a transformação social sobre formas de negociação com o Estado e o mercado (SCHERER-WARREN, 2006). A defesa dos direitos políticos, civis, econômicos, sociais, culturais, ambientais e das minorias tende a formar, primeiramente, redes de conexões regionais explicitando os problemas e soluções na construção democrática cidadã até atingir o nível regional e o global no sentido de radicalizar a democracia a partir desses níveis. Não se esquecendo, fundamentalmente, que a defesa

---

<sup>4</sup> No livro *Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa* (2005b), Boaventura de Sousa Santos organiza diversos desses estudos realizados em torno do mundo. Sua proposta é demonstrar como tem se configurado a democracia participativa internacionalmente. Com isso, o autor observa o crescimento do ativismo de base através de arranjos institucionais que operam de “baixo para cima”, ou seja, sociedade civil organizada em direção ao Estado.

dessa cidadania planetária tem que ser construída na pluralidade das fronteiras territoriais, sociais e culturais. Alguns estudos recentes têm demonstrado a necessidade de se pensar em formas transnacionais de atuação dos movimentos sociais, sobretudo no que tange à dimensão global dos movimentos sociais e sua relação com a democracia (BRINGEL & ECHART, 2008; BRINGEL & FALERO, 2008). De acordo com Breno Bringel e Enara Echart, há uma necessidade fundamental nos estudos dos movimentos sociais e a democracia em incluir a dimensão global e suas implicações com o local devido a três razões principais: primeiramente, no contexto de globalização as decisões políticas ganham proporções que vão além do Estado-nação, operando em organizações internacionais através de novos interlocutores políticos; segundo, os movimentos sociais nacionais começam a atuar globalmente criando redes transnacionais com outros movimentos que compartilham as mesmas temáticas, isso faz com que os movimentos sociais possam ganhar força e expressão cada vez maiores; em terceiro lugar, o global se torna uma variável a mais nas análises dos movimentos sociais, uma vez que, o local se revitaliza em formas de atuação e expressão global<sup>5</sup> (BRINGEL & ECHART, 2008, p. 463).

Na atual conjuntura os movimentos sociais questionam a ordem global de desenvolvimento das políticas sociais, econômicas e culturais propondo um novo modelo de desenvolvimento mais inclusivo e pluralista. Para além da discussão sobre a especificidade social, cultural, política e econômica regional, os movimentos sociais buscam no âmbito global combater os modelos de desenvolvimento hegemônicos propondo a ideia fundamentada na construção de um “outro mundo possível”<sup>6</sup>. A proposta de “atuar localmente e resistir globalmente” traduz em boa medida a luta contra os processos de homogeneização das políticas de desenvolvimento praticadas pelos órgãos e agências que seguem a cartilha proposta pelo neoliberalismo. Além do mais, dentro da concepção do que significa o conceito de movimento social eles representam muito bem a proposta de luta contra um adversário ao qual está ligado por uma relação de poder generalizada. Uma proposta alternativa ao modelo

---

<sup>5</sup> De acordo com os autores, “Atuar localmente e resistir globalmente” é uma tendência cada vez maior dos movimentos sociais na busca por afirmação no cenário mundial. Essa ideia proporciona pensar, posteriormente, a construção das temáticas mundiais através das quais os movimentos sociais se mobilizam.

<sup>6</sup> De acordo com a carta de princípios do Fórum Social Mundial a ideia de um “outro mundo possível” se fundamenta na noção de uma cidadania mundial onde o fórum é utilizado como um espaço plural e diversificado que articula, de forma descentralizada, entidades e movimentos engajados em ações concretas do nível local ao internacional. Ele se opõe a toda visão totalitária e reducionista da economia, do desenvolvimento e da história, como também ao uso da violência como um meio de controle social pelo Estado ([www.forumsocialmundial.org.br](http://www.forumsocialmundial.org.br)).

neoliberal de desenvolvimento operado pelos grandes centros de poder, pois o caráter contraditório da hegemonia atual no mundo impõe soluções unilaterais baseadas na força sem favorecer a construção de um mundo articulado de forma democrática baseada no consenso múltiplo e pluralista (SADER, 2005).

Toda essa articulação em rede, dos níveis locais ao global pode ser compreendida no Fórum Social Mundial (FSM). Atualmente o FSM tem sido a arena de discussão e aglutinação dos diversos movimentos sociais em torno do mundo. Nele os movimentos sociais de todo o mundo lutam contra a globalização neoliberal propondo um modelo de globalização contra-hegemônica centrado nas lutas contra a exclusão social e promovendo um princípio de igualdade e reconhecimento da diferença (SANTOS, 2005a). Neste sentido, através de um sistema de redes de movimentos sociais, o FSM transpõe barreiras territoriais, temporais e sociais compreendendo o pluralismo étnico e cultural pelo mundo, respeitando as diferenças e radicalizando a democracia através do aprofundamento da autonomia relativa da sociedade civil organizada (SCHERER-WARREN, 2006, p. 127).

Dentro dessa perspectiva observamos na arena dos movimentos sociais contemporâneos uma operação de aprofundamento da democracia em níveis locais que, em consonância com o processo de transnacionalização de suas lutas, estabelecem redes e laços de solidariedade simbólicas com os movimentos de ordem mais global. A escala de atuação dessas redes não é rígida e, quando operam em conjunto no nível global, não há uma quebra com a localidade das lutas nos estados nações. As pautas das lutas locais ganham expressão mundial através do embate dos movimentos perante os mecanismos da democracia formal. Na pressão exercida por essa sociedade civil global organizada observa-se uma tensão inerente ao processo democrático: a abertura da participação e representação direta como forma de aprofundamento dos ideais democráticos de justiça, participação e inclusão (PEREIRA, 2012, p. 80). A cultura democrática de compartilhamento e de relações horizontalizadas nas redes permite dar relevância à ideia de partilha de poder e favorece a criação de uma estrutura de igualdade entre seus participantes. Isso, por sua vez, traz à tona a importância dos movimentos sociais como atores no projeto de aprofundamento democrático nos quesitos regionais e globais através da proposta de questionar os liames do desenvolvimento socioeconômico operado via países centrais. Coloca em discussão fundamentando uma crítica ao modelo de democracia liberal comumente utilizado para as decisões a cerca das políticas sociais, econômicas e culturais nas agências financeiras multilaterais, como é o caso da

Organização Mundial do Comércio (OMC) e do Fundo Monetário Internacional (FMI). Assim, propõem uma pauta de ação articulada com os diversos movimentos sociais em torno do mundo através de uma rede de participação democrática que visa à inclusão na pluralidade e na diversidade.

## **5. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Os movimentos sociais desde os primórdios do desenvolvimento das teorias clássicas para pensá-los já representavam, em grande medida, importantes críticas ao sistema social e às diversas formas de dominação na sociedade. A proposta de transformação operada no seio da sociedade civil sempre teve uma relação dialética com o mundo político na medida em que a democracia veio se consolidando ao longo, principalmente, dos últimos anos. Na definição analítica do termo movimento social enquanto uma ação coletiva que coloca em causa uma dominação social generalizada observa-se o substrato de luta em defesa de um projeto de sociedade mais aberta, participativa, com política distributiva, afirmação das minorias etc. Toda gama de desenvolvimento de suas práticas apelam para a necessidade de tornar a sociedade civil um campo político de embate e enfrentamento na construção de uma ordem democrática mais plural.

As teorias clássicas sobre os movimentos sociais já os apontavam como elementos importantes para se pensar a relação entre sociedade civil e Estado. Entretanto, a separação entre as duas instâncias era mais latente do que nos estudos contemporâneos. O que os estudiosos mais recentes irão fazer é tentar esquecer a dicotomia entre Estado e sociedade civil para pensá-los como um corpo relacional de onde demandam projetos, ações e políticas sociais. O próprio questionamento dos movimentos sociais atuais com a proposta de um outro mundo possível é aproximar a democracia institucional da sociedade, ou melhor dizendo: construir um modelo mais inclusivo de democracia. Neste sentido, os movimentos sociais constroem frentes de ação que questionam todo o modelo político de relação do Estado com a sociedade civil incitando uma participação nas decisões e projetos desenvolvidos pelos governos. Do âmbito local ao global é nítida a presença dos movimentos sociais nas estruturas democráticas formais e informais. Isso significa dizer que a construção da democracia ocorre não somente nos âmbitos da institucionalidade das ações governamentais, mas também num projeto de construção da realidade que contemple os diversos campos da vida social. Por isso a importância de pensar os movimentos sociais dentro da noção de redes, pois a análise de

redes sociais possibilita ver o denso processo relacional que estrutura os atores no interior dos grupos, das organizações, dos movimentos sociais e a relação destes com os atores político-institucionais.

É preciso deixar claro que não há como negligenciar o que as diversas teorias clássicas desenvolveram sobre os movimentos sociais. Cada abordagem poderá dar conta da temática escolhida para compreender a dinâmica da ação coletiva. Decerto, na atual conjuntura é nítida a importância dada entre movimentos sociais e contexto político. A proposta de que o aprofundamento democrático é uma consequência da ação dos movimentos sociais pode ser até muito otimista para aqueles que acreditam que não há como combater a democracia formal. Entretanto, as constatações demonstram que dia após dia regimes autoritários que ainda persistem em torno do mundo são derrubados por ações articuladas na sociedade civil. O que ocorre, de fato, não significa ser uma ruptura com os meios institucionais da democracia tradicional. Há um processo retroativo de reconstrução dos aparatos democráticos de forma que possa atender às demandas atuais dos diversos movimentos sociais em torno do globo. O aprofundamento democrático via radicalização dos aparatos de participação e deliberação na sociedade indica a necessidade de um olhar mais apurado para a relação entre sociedade civil e Estado. Isso significa dizer que a dicotomia entre os dois já não poder ser a máxima para pensar a política em termos atuais.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALEXANDER, Jeffrey C.. **Ação Coletiva, Cultura e Sociedade Civil: Secularização, atualização, inversão, revisão e deslocamento do modelo clássico dos movimentos sociais.** Rev. bras. Ci. Soc., São Paulo, v. 13, n. 37, Jun. 1998.

ALONSO, Angela. **As teorias dos movimentos sociais: um balanço do debate.** *Lua Nova* [online]. 2009, n.76, pp. 49-86. ISSN 0102-6445.

AVRITZER, L. **Instituições participativas e desenho institucional: algumas considerações sobre a variação da participação no Brasil democrático.** OPINIÃO PÚBLICA, Campinas, vol. 14, nº 1, Junho, 2008, p.43-64.

AVRITZER, L. **Sociedade Civil, Instituições Participativas e Representação: Da Autorização à Legitimidade da Ação.** DADOS–Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, Vol.50, nº 3, 2007, pp.443 a 464.

AVRITZER, Leonardo. **Sociedade civil e Estado no Brasil: da autonomia à interdependência política.** *Opin. Publica* [online]. 2012, vol.18, n.2, pp. 383-398.

AVRITZER, Leonardo. **Teoria democrática e deliberação pública.** *Lua Nova* [online]. 2000, n.50, pp. 25-46.

BOBBIO, N; MATTEUCCI, N; PASQUINO, G. **Dicionário de Política.** Editora Universidade de Brasília, 11ª ed. Vol. 1, Brasília, 1998.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico.** 11ª ed. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 2007.

BOURDIEU, Pierre. **Razões Práticas: sobre a teoria da ação.** 8ª ed. Campinas: Papius Editora, 1996.

BRINGEL, Breno and ECHART, Enara. **Movimentos sociais e democracia: os dois lados das "fronteiras".** *Cad. CRH* [online]. 2008, vol.21, n.54, pp. 457-475. ISSN 0103-4979.

BRINGEL, Breno and ESPINEIRA, Maria Victória. **Movimentos sociais e política: reeleições contemporâneas.** *Cad. CRH*[online]. 2008, vol.21, n.54, pp. 419-422. ISSN 0103-4979.

BRINGEL, Breno and FALERO, Alfredo. **Redes transnacionais de movimentos sociais na América Latina e o desafio de uma nova construção socioterritorial.** *Cad. CRH* [online]. 2008, vol.21, n.53, pp. 267-286. ISSN 0103-4979.

CARLOS, Euzeneia. **Contribuições da análise de redes sociais às teorias de movimentos sociais.** *Rev. Sociol. Polit.* [online]. 2011, vol.19, n.39, pp. 153-166.

CARLOS, Euzeneia. **Movimentos sociais: revisitando a participação e a institucionalização.** *Lua Nova* [online]. 2011, n.84, pp. 315-348. ISSN 0102-6445.

CASTELLS, Manuel. **A Questão Urbana.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

CASTELLS, Manuel. **Cidade, Democracia e Socialismo: a experiência das associações de vizinhos de Madri.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

- COUTINHO, Carlos Nelson. **O conceito de vontade coletiva em Gramsci.** *Rev. katálysis* [online]. 2009, vol.12, n.1, pp. 32-40. ISSN 1414-4980.
- DAHL, Robert A. **POLIARQUIA: participação e oposição.** 1 ed. São Paulo: Edusp, 2005.
- DUBET, François. **Sociologia da Experiência.** Instituto Piaget, Lisboa, 1996.
- FOULCAULT, Michel. **A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970.** 22ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 2012.
- GADEA, Carlos A. and SCHERER-WARREN, Ilse. **A contribuição de Alain Touraine para o debate sobre sujeito e democracia latino-americanos.** *Rev. Sociol. Polit.* [online]. 2005, n.25, pp. 39-45. ISSN 0104-4478.
- GIDDENS, Anthony. **Sociologia.** 4 ed. Artmed. Porto Alegre, 2005.
- GOHN, M. G. **Empoderamento e participação da comunidade em políticas sociais.** *Saúde e Sociedade* v.13, n.2, p.20-31, maio-ago. 2004.
- GOHN, M. Glória. **ABORDAGENS TEÓRICAS NO ESTUDO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS NA AMÉRICA LATINA.** *Cad. CRH*[online]. 2008, vol.21, n.54, pp. 439-455.
- GOHN, M. Glória. **Educação não-formal, participação da sociedade civil e estruturas colegiadas nas escolas.** Ensaio: aval. pol. públ. Educ., Rio de Janeiro, v.14, n.50, p. 27-38, jan./mar. 2006.
- GOHN, M. Glória. **Novas teorias dos Movimentos Sociais.** Edições Loyola. São Paulo, 2009.
- INGLEHART, R.; WELZEL, C. **Modernização, mudança cultural e democracia: a sequência do desenvolvimento humano.** São Paulo: Francis, 2009. p. 17-251.
- LUCHMANN, Lígia Helena Hahn and ALMEIDA, Carla Cecília Rodrigues. **A representação política das mulheres nos Conselhos Gestores de Políticas Públicas.** *Rev. katálysis* [online]. 2010, vol.13, n.1, pp. 86-94.
- LUCHMANN, Lígia Helena Hahn. **A representação no interior das experiências de participação.** *Lua Nova* [online]. 2007, n.70, pp. 139-170.
- MARTINS, Paulo Henrique. **Redes sociais como novo marco interpretativo das mobilizações coletivas contemporâneas.** *Cad. CRH* [online]. 2010, vol.23, n.59, pp. 401-418.
- MARX, K; ENGELS, F. **O Manifesto Comunista.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.
- MCADAM, Doug and TARROW, Sidney. **Movimentos sociais e eleições: por uma compreensão mais ampla do contexto político da contestação.** *Sociologias* [online]. 2011, vol.13, n.28, pp. 18-51. ISSN 1517-4522.
- MELUCCI, Alberto. **Um objetivo para os movimentos sociais?.** *Lua Nova* [online]. 1989, n.17, pp. 49-66.
- MENDONÇA, Ricardo Fabrino. **Movimentos sociais como acontecimentos: linguagem e espaço público.** *Lua Nova* [online]. 2007, n.72, pp. 115-142.



PARSONS, Talcott. **A estrutura da ação social: um estudo de Teoria Social com especial referência a um grupo de autores europeus recentes.** Petrópolis, Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2010. Vol. I e II.

PEREIRA, Marcus Abilio. **Movimentos sociais e democracia: a tensão necessária.** *Opin. Publica* [online]. 2012, vol.18, n.1, pp. 68-87.

PICOLOTTO, E. L. **MOVIMENTOS SOCIAIS: ABRODAGENS CLÁSSICAS E CONTEMPORÂNEAS.** CSOnline. Juiz de Fora. Ano 1, ed. 2, nov. 2007.

PUTNAM, Robert D. (org.) **El declive del capital social: um estudio internacional sobre las sociedades y el sentido comunitario.** Barcelona: Galaxia Gutemberg Círculo de Lectores, 2003.

PUTNAM, Robert D. **Comunidade e Democracia: a experiência da Itália moderna.** Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1996.

Sader, Emir. **Hegemonia e contra-hegemonia.** *En publicacion: Hegemonias e emancipações no século XXI.* Ceceña, AnaEsther. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales. Julio 2005.

SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.). **DEMOCRATIZAR A DEMOCRACIA: OS CAMINHOS DA DEMOCRACIA PARTICIPATIVA.** 3 ed. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 2005b.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A crítica da governação neoliberal: O Fórum Social Mundial como política e legalidade cosmopolita subalterna.** *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n.72, Out. 2005a. p. 7-44

SCHERER-WARREN, Ilse. **REDES DE MOVIMENTOS SOCIAIS NA AMÉRICA LATINA - caminhos para uma política emancipatória?** *Cad. CRH* [online]. 2008, vol.21, n.54, pp. 505-517, Set./Dez.

SCHERER-WARREN, Ilse. **Das mobilizações às redes de movimentos sociais.** *Soc. estado.* [online]. 2006, vol.21, n.1, pp. 109-130.

TARROW, Sidney. **Outsiders inside e insiders outside: entre a ação pública nacional e transnacional em prol dos direitos humanos.** *Cad. CRH* [online]. 2009, vol.22, n.55, pp. 151-161.

TOURAINÉ, Alain. **Crítica da Modernidade.** Editora Vozes. Petrópolis, Rio de Janeiro, 1994.

TOURAINÉ, Alain. **A sociologia pública e o fim da sociedade.** *Cad. CRH* [online]. 2009, vol.22, n.56, pp. 245-254. ISSN 0103-4979.

TOURAINÉ, Alain. **Na fronteira dos movimentos sociais.** Translated by Ana Liési Thurler. *Soc. estado.* [online]. 2006, vol.21, n.1, pp. 17-28.

TOURAINÉ, Alain. **Os novos conflitos sociais para evitar mal-entendidos.** *Lua Nova* [online]. 1989, n.17, pp. 05-18.

WEBER, Max. **Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva.** 3ª ed. Brasília: Editora UnB, 1972. Vol 1.